

O Futuro do Euro

O Euro e a União Europeia Os seus Futuros

Pertenço à minoria dos euro-cépticos residentes do Fórum. Em anos anteriores sugeri que certos aspectos da política da União Europeia – por exemplo, a sua preferência para a harmonização burocrática de normas sobre o princípio de reconhecimento mútuo – têm estado errados.

Gostaria de começar por vos agradecer a amável apresentação. Permitam-me que diga também o que tenho vindo a dizer nos últimos cinco ou seis anos – que é um grande prazer estar presente no fórum político do Estoril, que proporciona uma combinação de excelência intelectual com óptimo divertimento social. É uma mistura, poder-se-ia dizer, de pensamento elevado e nível de vida elevado. E gostaria de agradecer a todos os patrocinadores e ao Professor João Espada e seus colegas, que tornam possível este acontecimento.

Apesar de ter sido apresentado de uma forma tão agradável, gostaria de me apresentar uma segunda vez. Pertenço à minoria dos euro-cépticos residentes do Fórum. Em anos anteriores sugeri que certos aspectos da política da União Eu-



POR
John O'Sullivan

Editor Executivo da
Radio Free Europe /
Radio Liberty, Praga

ropeia – por exemplo, a sua preferência para a harmonização burocrática de normas sobre o princípio de reconhecimento mútuo – têm estado errados. Mas não estou hoje a argumentar que uma moeda única europeia – o Euro – está em todo o lado e sempre condenada ao fracasso. De modo nenhum. E, de um ponto de vista nacionalista, nunca me opus a ela: apoio a retenção da Libra como um instrumento político útil e não como um símbolo nacional de virilidade. Frases como “o dólar forte” são ridículas. Uma moeda

deve ser tão fraca ou tão forte quanto a sua economia e os mercados o ditam.

Também, não sou economista, ao contrário de dois dos meus ilustres membros de painel esta manhã. Isso irá sem dúvida colocar-me algumas vezes numa posição de desvantagem ao longo do debate. Mas o debate sobre o Euro é um debate sobre políticas, quase tanto como sobre economia. As políticas monetária, financeira e cambial têm todas aspectos técnicos, mas também têm enormes consequências políticas. Os próprios economistas divergem no que toca a soluções técnicas; e quando uma determinada política produz consequências prejudiciais, os políticos estarão inevitavelmente envolvidos – mesmo ou especialmente quando os políticos são responsáveis pelas consequências prejudiciais. Na actual crise do Euro, algumas das soluções propostas significariam alterações profundas e significativas nas duas questões políticas centrais de sobe-

rania nacional e legitimidade democrática. E é disso que vou falar.

Terceiro, vão reparar que modifiquei o título desta sessão ao adicionar um “S” à palavra “Futuro”. Apesar de reconhecer que os futuros do Euro e da União Europeia estão neste momento interligados, não são necessariamente o mesmo futuro. Podem separar-se um do outro; na verdade, uma vez que nem todos os membros da UE fazem também parte da zona Euro, em certa medida já estão separados um do outro. Assim, as declarações que por vezes se ouvem, proferidas por figuras políticas aparentemente responsáveis – que o “fracasso” do Euro significaria o colapso da União Europeia – ou são alarmantes se forem insinceras, ou são ilusões paranoicas se o orador acredita genuinamente nas suas palavras. E irei esboçar os futuros de ambas as instituições tal como penso que devem ser.

Mas já chega de introdução; vamos agora ao que interessa.

Temos tendência a pensar que a actual crise do Euro teve a sua origem na Grécia – quando as finanças gregas começaram a parecer um “buraco negro” astronómico, sugando a riqueza da Europa, fazendo-a desaparecer num enorme vazio. A verdade é que ela começou realmente com o final da Guerra Fria e a decisão de Helmut Kohl e das elites polí-

ticas alemãs de adoptar o Euro como um símbolo da absorção de uma Alemanha unida por uma única Europa unida. Tendo em conta o posicionamento actual da Sra. Merkel, é importante clarificar que os alemães enquanto povo nunca se sentiram empenhados no Euro. Os franceses mostraram-se sempre mais entusiasmados com a ideia. A Alemanha nunca esteve unida nesta questão. O cidadão alemão nunca quis perder o seu querido marco, o símbolo da recuperação e respeito do pós-guerra; os economistas e banqueiros alemães sempre tiveram entre si alguns cépticos que se baseiam nas razões de ordem técnica a seguir apresentadas. Mas as elites políticas viram o abandono do marco como o sacrifício decisivo que a Alemanha teria de fazer de modo a selar a sua integração numa União Europeia democrática unida. As suas razões foram sempre mais políticas que económicas, mais preocupadas em

unir as nações europeias do que em basear a nova moeda numa “zona monetária óptima.”

À medida que o Euro foi ganhando forma, as decisões económicas que tinham sido tomadas por motivos políticos minaram gradualmente a moeda. Mas uma vez que se deu ao Euro um valor que foi muito para além da esfera económica, as suas dificuldades práticas nunca puderam ser enfrentadas de forma honesta pelos políticos. O Euro passou a ser um fetiche para as elites políticas da Alemanha – e com o tempo tornou-se num fetiche de todas as elites políticas europeias. Tinha de ser defendido a todo o custo – e hoje esses custos estão a crescer.

Assim, a história do Euro, se fosse um filme de terror, chamar-se-ia qualquer coisa como “A Vingança do Fetiche”. A sua concepção original era defeituosa pois procurou incluir demasiados países, com características económicas



Todas as soluções serão penosas e terão algumas consequências nocivas (e algumas consequências não intencionais, e também algumas consequências imprevisíveis)



| Diogo Lucena, Paulo Sande, John O'Sullivan, António Borges |

e histórias demasiado diversas, níveis muito díspares de desemprego, inflação, estruturas diferentes de financiamento de habitação e pensões, etc. Foi impossível estabelecer uma única taxa de juro que fosse adequada a todos estes países ao mesmo tempo. Uma taxa de juro que travasse o crescimento económico num país, noutro incentivava ao financiamento imprudente – aliás, tanto por parte do sector público como do privado. Contrariamente ao Dólar, à Libra, ao Franco Suíço, e ao Renminbi, não houve nenhum governo económico da Zona Euro, que abrangesse toda a Europa, para gerir uma política orçamental em conformidade com a política monetária do BCE. Acima de tudo, a Zona Euro não incluiu as três coisas necessárias para reconciliar estas diferenças mesmo que provisoriamente; flexibilidade salarial descendente; mobilidade laboral transnacional; e transferências monetárias transnacionais.

Sociedades em que o peso dos sindicatos é muito grande, como no caso da França, não aceitaram uma descida de salários. A mobilidade laboral entre, por exemplo, Portugal e a Polónia, foi obstruída por diferenças culturais e linguísticas que não existem entre o Texas e Massachusetts. E a Alemanha, como banqueiro de último recurso da UE, opôs-se firmemente à aceleração de transferências monetárias das nações e regiões ricas para as pobres. Infelizmente para os alemães, das três condições apontadas, as transferências monetárias é a mais fácil de alterar.

Mais cedo ou mais tarde, tais brechas profundas nos mecanismos de defesa monetária eram susceptíveis de produzir crises. Bernard Connolly, um antigo funcionário de Bruxelas que se demitiu como forma de protesto a estas políticas, escreveu, já em 1997, na revista da qual eu era editor, que os seus colegas sabiam que uma moeda única necessitava de um único orçamento, de um único Ministério das Finanças, e de uma única política orçamental para poder funcionar eficazmente. Mas também achavam que só uma situação de crise levaria os governos a abrir mão da soberania necessária para estabelecer tais mecanismos de controlo centrais. Esperavam assim que essa crise eventualmente chegasse, aproveitando a situação para implementar tal governo económico europeu.

Será que estávamos perante uma análise e previsão informadas ou, pelo contrário perante um cenário alarmista? Bem, há uma curiosidade muito interessante a assinalar no início da história do Euro, que é a relativa facilidade com que o Pacto de Estabilidade e Crescimento – destinado a garantir a responsabilização financeira a nível nacional – foi marginalizado e eventualmente abandonado pela França e pela Alemanha, assim como por países mais pequenos, com muito *pouco* ou *nenhum* protesto vindo de Bruxelas. Quando o Pacto caiu em desuso, eliminou um importante bloqueio rumo a uma crise do Euro – um bloqueio que, por acaso, explica porque é que alguns economistas liberais clássicos se sentiram capazes de apoiar o Euro. Eles viram o Pacto como uma restrição potencialmente necessária às tendências de gastos dos governos social-democratas da Europa. No entanto, quando foi preciso, já não existia.

Mas há outra coisa vital que também

Se o orçamento da Ruritânia for apresentado a Bruxelas e for aprovado com distinção, não acontecerá nada de especial. No entanto, se o orçamento não for aprovado por Bruxelas, será que o Parlamento pode dar-lhe continuidade mesmo que o desejo fazer? Ou será que o governo acha que não lhe deve dar continuidade, apesar de ter algum direito residual de o fazer?



faltava. Ao ter construído uma nova moeda internacional que abrange dezassete nações sabendo (e talvez com essa intenção) que poderia eventualmente falhar, provocar uma crise maciça, e necessitar da criação de uma total união política europeia, com um único Ministério das Finanças, banco central e sistema orçamental único, os governos e políticos responsáveis não fizeram quaisquer preparações para uma eventual situação destas, quando ela se concretizasse. Contaram com a inspiração do momento. Mas a crise tem demonstrado ser muito mais severa e rebelde do que aquilo que esperavam – ameaçando não só a situação financeira da Grécia, mas também da Irlanda, da Espanha, da Itália, deste país, e até da França – e o momento da crise revelou-se desprovido de inspiração!

Nos últimos dezoito meses os políticos europeus e os membros dos bancos centrais iniciaram uma série de pacotes de resgate destinados a salvar os bancos, manter no Euro os países do sul da Europa que se encontram vulneráveis, e ajudá-los a começar o longo processo de

pagar as suas dívidas astronómicas. Nenhum destes pacotes tem sido suficientemente grande para resolver o problema. Os mercados estão mais calmos mas não derrotados. Poucos meses após cada acordo, a crise voltou com maior velocidade e contornos bem mais complicados. E apesar de uma crescente retórica da crise, os governos europeus e os bancos centrais parecem estar paralisados por uma curiosa passividade. Encontram-se, discutem, reiteram garantias previamente dadas, e quando termina uma Cimeira Europeia ou um encontro G8, regressam ao caminho do desastre pois cada uma das soluções práticas que encontram para a crise traz consigo consequências terríveis, e algumas dessas consequências são mesmo inimagináveis.

Consideremos o aspecto grego da crise do Euro. Ele reúne duas questões: será que a Grécia deve sair ou ficar no Euro e será que a Grécia deve entrar em incumprimento ou pagar as suas dívidas.

Na realidade, a Grécia já entrou em incumprimento da sua dívida, gerando uma perda de cerca de setenta por cento

do valor dos empréstimos obtidos junto de financiadores estrangeiros privados. Dito isto, que opções tem, na realidade, a Grécia? Num artigo que escrevi para outra revista (*National Review magazine*) examinei, para efeitos de integralidade intelectual, quatro opções. Aqui limitar-me-ei apenas a duas possibilidades realísticas.

A primeira opção seria a Grécia sair do Euro mas prometer pagar credivelmente as suas dívidas restantes. Claro que, ao deixar o Euro e ao implantar novamente um Dracma flutuante, a Grécia iria automaticamente reduzir as suas dívidas. O grande objectivo de tal política seria adoptar um novo Dracma grego com um valor equivalente a, mais ou menos, dois terços do Euro. Essa opção iria não só desvalorizar a dívida total da Grécia mas também aumentar a sua capacidade de a pagar, ao estimular a exportação e o turismo. Claro que não seria nem simples nem indolor. Não existem soluções indolores para a Grécia – nem para qualquer um de nós – nesta crise do Euro. Mas interessa a todos resolver o problema da Grécia, com a menor instabilidade possível. Assim, a Europa verá que seria útil lubrificar a saída grega com assistência de curto prazo. E se a economia desse sinais de uma rápida recuperação – alguns economistas sugerem que poderá acontecer num prazo de dezoito meses – o Dracma poderia eventualmente valorizar-se, dando assim aos obrigacionistas a possibilidade de recuperarem muito mais do seu dinheiro do que é actualmente possível. Existem terríveis dificuldades para todos nós, inerentes a esta transição. Para muitos bancos europeus ocidentais, o peso dos empréstimos à Grécia é muito grande no seu portfólio de investimentos e estes iriam sofrer uma desvalorização acentuada no caso de incumprimento, mas pelo menos esta opção oferece uma esperança de recuperação a longo prazo.

A segunda opção tem que ver com o status quo: a Grécia continuaria no Euro e comprometia-se a pagar os seus empréstimos na totalidade que, naturalmente, seriam em Euros. Mas esta opção assenta numa transferência indeterminada de recursos da Europa do norte (Alemanha, Holanda, Bélgica, os Estados Bálticos) para a Europa do sul (Grécia, Portugal, Espanha e Itália). Esta transferência de recursos é necessária para

permitir que os países do sul da Europa transponham o obstáculo crucial de, dentro do Euro, estarem numa situação de desvantagem, em cerca de um terço, quanto à taxa de câmbio efectiva, relativamente aos países do norte. A Alemanha pode assim vender barato nestes países (mas não, simultaneamente, em mercados de países terceiros) ao passo que os produtos dos países do sul têm preços elevados assim que viajam para norte. Como é que estes países conseguem aumentar os excedentes de exportação necessários para pagar as suas dívidas pendentes? Na minha opinião, não conseguem; sendo assim, estão perante um esforço contínuo através do vale da sombra da austeridade, necessitando de inúmeros subsídios vindos do norte. A Europa estaria assim a criar um novo Mezzogiorno dependente de subsídios mas a uma escala muito maior.

A maioria dos economistas do mercado livre e o sector privado escolheriam provavelmente a primeira opção pois parece oferecer uma melhor e mais rápida perspectiva de recuperação económica. A maioria dos governos prefere a segunda opção pois parece incluir uma maior possibilidade de persuadir os alemães a continuarem a enviar dinheiro – e, na realidade, a enviar mais dinheiro – para os seus próprios países e para os países vizinhos.

É esta distinção que explica porque é que o presidente francês, os partidos políticos gregos e as organizações de esquerda pela Europa fora começaram repentinamente a falar sobre um fim para a “austeridade” e um começo do “crescimento”. Até começa a parecer que a austeridade do Euro alcançou o seu nível máximo em Dezembro de 2011, quando Angela Merkel convenceu os vinte e sete países europeus a assinar o Pacto de Estabilidade Orçamental. Isto na realidade resume-se a uma repetição do Pacto de Estabilidade e Crescimento com o codicilo implícito “...E desta vez é mesmo a sério.” Grande parte da Europa parece estar agora a afastar-se dessa linha, rumo a uma política de “crescimento” mais indulgente sob a liderança do presidente francês François Hollande. Mas a maioria dos países do Euro – especialmente os que apoiam esta posição – não têm dinheiro para um acréscimo maciço de despesa. Assim, a questão que se coloca é sobre quem irá pagar para o regresso

ao crescimento e ao estímulo. Depreende-se que o benfeitor de último recurso seja, mais uma vez, a Alemanha.

E como, exactamente? O debate tem-se concentrado em vários instrumentos financeiros novos – obrigações em Euros, obrigações europeias para financiar projectos (“Project bonds”), etc. – para mutualizar (ou colectivizar) os títulos de dívida dos Estados-Membros da zona Euro. O problema com esta solução é económico e político.

Economicamente, como Alberto Mingardi chama a atenção, estudos sobre a mutualização de dívidas em federações mostram que esta solução é normalmente uma excelente receita para o desregramento dos vários Estados-Membros. É mais um exemplo de riscos morais. Politicamente, seria a Alemanha a pagar a conta. Essa perspectiva não agrada aos eleitores alemães; as elites na Alemanha já não estão unidas no apoio a tais subsídios; e a Sra. Merkel nem sequer está preparada para ponderar tais soluções, a não ser que os alemães tenham algum controlo sobre como os estados beneficiários gastam o dinheiro e os possam forçar a reformar as suas economias de acordo com os padrões alemães. É esse o objectivo do Pacto de Estabilidade Orçamental.

Uma coligação internacional extremamente alargada – incluindo o FMI, o presidente Obama, o primeiro-ministro britânico David Cameron, François Hollande, o novo governo grego, e os social-democratas europeus, de um modo geral – juntou-se para pressionar a Sra. Merkel no sentido de concordar com a mutualização de dívidas. A maioria dos membros está em princípio preparada para apoiar a sua condição de que Bruxelas – o que, neste contexto, na realidade é Berlim – exerceria uma supervisão económica dos estados cujos reembolsos estariam a ser subsidiados pela Alemanha. Também têm esperança de que este Pacto de Estabilidade Orçamental evolua completamente para um governo económico europeu e união política. A tendência é para apresentarem esta estratégia global como a única alternativa a um desmantelamento desordeiro do Euro que, segundo lhes parece, se transformará numa catástrofe económica mundial.

Não se pode ter a certeza disso. Todas as soluções serão penosas e terão algumas consequências nocivas (e algumas consequências não intencionais, e também

algumas consequências imprevisíveis). Como veremos, no entanto, existe outro caminho possível – reestruturar o Euro – ou melhor, várias formas possíveis de reestruturar o Euro. Mas aqui regressamos à Vingança do Fetice: há uma enorme relutância no seio das elites políticas europeias para considerar sequer a reestruturação do Euro. Assim, elas constroem a escolha como uma entre a mutualização das dívidas mais supervisão orçamental feita por Bruxelas versus o caos e O Crepúsculo dos Deuses. E inevitavelmente escolhem a primeira opção.

Permitam-me que vos apresente cinco críticas breves a esta política. A primeira crítica já conheceram mais acima; mas é de tal forma um ponto chave que vale a pena salientá-lo. Nomeadamente, que o mais que poderia alcançar seria estabilizar, mas não acabar com a crise do Euro. Enquanto permanecerem presos à taxa de câmbio vertiginosa representada pelo Euro, os países mediterrânicos da UE estarão presos a uma austeridade económica sem fim. Ao mesmo tempo, a Europa do norte terá continuamente de lhes pagar subsídios. Isto representa uma perda de riqueza em ambos os lados desta transferência. E o resultado seria transformar a Grécia, a Itália e a Espanha num enorme Mezzogiorno ou numa Alemanha de Leste durante décadas. Esta é uma opinião partilhada por dois economistas tão diferentes quanto Vaclav Klaus e Paul Krugman. Claro que isso não quer dizer que essa seja uma visão correcta; mas estabelece o facto de não ser uma visão excêntrica ou marginal.

Reestruturar o Euro de modo a deixar de fora estes países – e dando-lhes assim a possibilidade de ajustar as respectivas economias ao permitir que a moeda desvalorize – também seria penoso. Mas seria um sofrimento com um tempo limitado. Como já mostrou o Mezzogiorno, o limite de tempo para acabar com o sofrimento da reestruturação destas economias dentro do Euro é – apropriadamente – como as calendas gregas.

A segunda crítica – uma particularmente relevante neste Fórum – é que esta política é uma expressão de historicismo institucionalizado. Os admiradores de Karl Popper lembrar-se-ão da sua crítica ao historicismo como uma teoria empobrecida, pois substitui um debate sério sobre decisões políticas por uma acomodação derrotista a uma alegada

inevitabilidade. Como afirmou Keynes, no entanto: “O inesperado acontece sempre; o inevitável nunca.”

Neste caso a política reflecte uma determinação de nunca recuar de um avanço anterior rumo à “união cada vez mais estreita” da União Europeia prometida pelos Tratados. Este mito da inevitabilidade é a própria definição de historicismo. E as afirmações dos líderes europeus sobre o Euro confirmam-no repetidamente. Poder-se-ia pensar que a Europa já teria sofrido o suficiente por causa das políticas de inevitabilidade histórica no século passado. E com que finalidade? Não para a prosperidade ou bem-estar económico – estes têm de ser sacrificados de modo a assegurar que o inevitável aconteça. Como empirista antiquado anglo-saxónico que sou, acho que esta troca de riqueza real pela ilusão do prestígio político é simplesmente ridícula. Mas pelos vistos não sou idealista.

A terceira crítica refere-se ao facto de esta política não ser compatível com a democracia. As soluções incorporadas na união fiscal basicamente contêm promessas feitas pelos estados-membros de manter os seus défices estruturais dentro dos limites acordados e de submeter os seus orçamentos a Bruxelas para aprovação antes de os apresentar aos respectivos Parlamentos nacionais. Como é que isto funciona na prática? Vamos analisar, por exemplo, a Ruritânia. Se o orçamento da Ruritânia for apresentado a Bruxelas e for aprovado com distinção, não acontecerá nada de especial. No entanto, se o orçamento não for aprovado por Bruxelas, será que o Parlamento pode dar-lhe continuidade mesmo que o deseje fazer? Ou será que o governo acha que não lhe deve dar continuidade, apesar de ter algum direito residual de o fazer? E se o orçamento reflecte uma série mais alargada de prioridades económicas estipuladas pelo governo, e que foram aprovadas pelos eleitores numa eleição geral? Em cada um destes exemplos a UE interveio, talvez de forma decisiva, na política interna da Ruritânia.

Podemos resumi-lo da seguinte maneira: se o orçamento da Ruritânia não necessita de ser aprovado por Bruxelas, então a união orçamental baseia-se nas mesmas fundações frágeis que o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Mas se precisa, então o poder soberano na Ruritânia é a UE – e a Ruritânia deixa de ser gover-

nada democraticamente no que toca a assuntos orçamentais (que corresponde a noventa por cento das questões políticas.) Esta situação não é minimamente alterada pelo facto de a Ruritânia poder ter representação no comité de tomada de decisão de Bruxelas. Nem se pode seriamente argumentar que a Ruritânia estaria a partilhar uma “soberania conjunta” ou “soberania partilhada” com os seus parceiros da União Europeia. A soberania partilhada cria um novo poder soberano, nomeadamente a UE e, assim, priva o anterior poder soberano, neste caso a Ruritânia, da sua autoridade. Todas as garantias em contrário são falsas.

Mas talvez a questão seja mais bem exposta de forma metafórica: Um homem solteiro é um poder soberano; um homem casado goza dos benefícios de “soberania partilhada”. Os homens casados sabem do que estou a falar. E a conclusão é que o povo da Ruritânia perdeu os seus direitos democráticos de controlar o seu governo em matéria económica.

A quarta crítica tem que ver com o facto de não haver nenhuma garantia de que esta política possa realmente ser implementada com sucesso. Os homens casados, segundo me dizem, por vezes quebram os seus votos de casamento, porque não há nenhuma maneira garantida de os fazer cumprir a sua palavra. Da mesma forma, um governo pode concordar em submeter o seu orçamento para aprovação, mas como é que a UE consegue executar uma decisão que o governo ou o eleitorado rejeita? É esta a fraqueza da união fiscal do ponto de vista de Bruxelas, Paris e Berlim. O comportamento do governo grego nos últimos meses é prova disso. Todos os grandes partidos políticos gregos assinaram um Memorando de Entendimento com a Troika que impõe ao país grandes cortes nas despesas. A esta assinatura seguiu-se uma crise e uma eleição na qual sobressaiu um novo partido da esquerda radical, pelo facto de rejeitar o memorando. Esta situação levou a uma nova crise e a novas eleições, nas quais o partido de esquerda radical foi derrotado, por uma pequena margem, pelos partidos que concordaram em apoiar o memorando. Mas a criação de um governo que implemente esse programa está a mostrar-se difícil. Ontem, o Ministro da Economia apresentou a demissão, mesmo antes de tomar posse. O novo governo exige ao FMI e à UE modificações

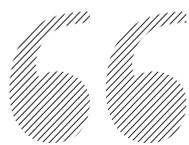
no MdE (estamos perante uma ditadura de acrónimos.) E o mais certo é haver novas eleições em breve, pois não existe um apoio generalizado às políticas descritas no memorando. Nas democracias, os governos não podem simplesmente impor aos seus eleitores medidas impopulares. Têm ainda menos capacidade de o fazer quando essas medidas lhes são impostas do exterior. E quando tentam fazê-lo, semeiam tempestades na forma de movimentos extremistas que prometem rejeitar o que os partidos democráticos ortodoxos aceitaram. Alexis Tsipras, o líder do partido Radical de Esquerda, que ainda ontem era desconhecido, inspira hoje movimentos de esquerda por toda a Europa – e arrasta os respeitáveis partidos social-democratas para uma política de despesismo, expropriação, e de política anarquista à Dario Fo, do estilo “Não posso pagar; não vou pagar.”

A quinta crítica explica as primeiras quatro: a política de Angela Merkel de instalar um governo económico europeu de modo a manter o Euro necessita de ser ancorada num demos europeu – uma identidade nacional europeia – que simplesmente não existe. Enquanto a união orçamental carecer de um demos para dar legitimidade democrática às suas decisões orçamentais, então é muito provável que um governo que aceite uma decisão de Bruxelas se encontre impossibilitado de a implementar, dada a oposição popular. E depois? Envia-se as tropas? Expulsam-se as pessoas recalcitrantes (juntamente com os governos que as apoiam)? Impõem-se coimas? As opções não são muito prometedoras. Sem um demos para a ancorar, a política de um governo económico europeu não pode funcionar; não pode ligar o fosso entre o norte e o sul da Europa; não pode coexistir com o governo democrático dos estados-membros; não pode ser implementada contra a oposição popular que inevitavelmente irá surgir; e está condenada a ser apenas o sonho historicista não concretizado de uma “classe de vanguarda” burocrática de uma Nação Europeia que não existe – e que provavelmente nunca existirá.

Mas como referi no início destes comentários, o facto de esta moeda única específica, abrangendo estes países específicos, nesta altura específica, não ter funcionado, não significa que uma moeda única estruturada de forma diferente não funcione. Um Euro viável é uma

possibilidade. Consegui-lo vai ser duro e penoso; mas pode ser feito. Mas como?

Considerem o seguinte: muitas vezes ouvimos os apoiantes do Euro dizer coisas como: Bem, nunca devíamos ter deixado entrar a Grécia. Foi um erro. E por que não corrigir o erro e tirar a Grécia do Euro? A Alemanha apontou para algo parecido pouco antes das eleições gregas, mas os gregos frustraram-lhes os planos. Iria certamente reduzir o risco moral criado pelas actuais políticas.



Existem várias formas possíveis de reestruturar o Euro. Mas aqui regressamos à Vingança do Fetiche: há uma enorme relutância no seio das elites políticas europeias para considerar sequer a reestruturação do Euro

Outros críticos sugeriram que a Alemanha deveria deixar o Euro – o que significaria que o restante Euro ficaria muito desvalorizado face a outras moedas. Isso reduziria a dificuldade de países como Portugal em restaurar a sua competitividade de uma só vez.

Mas a proposta mais ouvida para a reestruturação é a da criação de dois Euros – um Euro do sul e um Euro do norte. O primeiro seria imediatamente desvalorizado contra o segundo, restabelecendo a competitividade do sul, reduzindo o risco moral, reduzindo a necessidade de transferências monetárias maciças transfronteiriças, e unindo os dois grupos de economias que são eco-

nomicamente compatíveis e assim mais capazes de gerir as suas economias dentro da disciplina de uma moeda única. Esta solução iria, claro, criar dificuldades. A Alemanha iria constatar que, desaparecendo a actual subvalorização do Euro, seria mais difícil manter o sucesso das suas exportações. A França teria de decidir entre os seus interesses – que exigiria uma adesão ao Euro do sul – e o seu prestígio, que exigiria a adesão ao Euro do norte. No entanto, com o tempo, os estados-membros do Euro-1 e do Euro-2 poderiam gradualmente convergir, restabelecendo eventualmente um Euro unificado. Mas esta possibilidade seria definida por uma evolução prática e também por ambições teóricas.

E o mesmo deve aplicar-se – e irá, penso – à União Europeia como um todo. Não podemos esperar que uma UE de quase trinta membros (e com possibilidade de aumentar) mantenha para todos a mesma estrutura que serviu aos seis originais e aos grupos um pouco mais alargados das décadas 1970 e 1980. Algumas unidades básicas estruturais permaneceriam – comércio livre continental, provavelmente uma tarifa externa comum, alguns princípios jurídicos que reflectem os valores civilizados da Europa – mas, tirando estes pontos, os vários países adoptariam diferentes elementos do menu à la carte da unidade europeia. Esse princípio já foi adoptado em relação ao Euro – alguns estados não aderiram, e os estados da Europa de leste que prometeram entrar no momento adequado, muito provavelmente agora não o irão fazer. O mesmo princípio poderia ser aplicado de forma mais abrangente a diferentes países europeus que adoptassem níveis diferentes de integração em áreas diferentes. E se alguns países – a Alemanha, a França, o Benelux – desejassem prosseguir para uma maior integração política, evoluindo para uma única nação europeia, todos os outros deveriam apoiar tal decisão. Seria o género de experimentação que as federações devem encorajar e promover. Esta Europa de geometria variável, como lhe chamam, pode muito bem produzir uma integração maior e menos dura do que os planos que este fim-de-semana estão a ser exigidos à Sra. Merkel. E estariam mais em harmonia com a autoridade dispersa da Europa tradicional, que tornou possíveis muitas das glórias da nossa civilização. ■